

Parâmetros para Avaliação de Fotografias Digitais em Instituição Pública Federal

Parameters for the appraisal of Digital Photographs in a Federal Public Institution

Marcos Machado Paulo (1), Francisco Alcides Cougo Junior (2)

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, mmacpaulo@gmail.com, (1)
francisco.cougo@ufsm.br (2)

Resumo

O presente estudo parte da problemática sobre avaliação e seleção de fotografias digitais produzidas por instituições públicas federais, utilizando como exemplo a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A motivação para a pesquisa parte do entendimento sobre a complexidade do processo de avaliação e seleção, em vista a facilidade da produção fotográfica digital frente ao avanço tecnológico. O objetivo geral do estudo é indicar parâmetros básicos empregados para a avaliação de registros fotográficos digitais, compreendendo tal caso como universo de reflexão sobre a problemática mais ampla da avaliação de documentos fotográficos. Como objetivos específicos, o presente trabalho visa apresentar brevemente alguns preceitos teóricos sobre avaliação de documentos fotográficos; descrever técnicas de seleção para digitalização de fotografias analógicas em comparação com digitais e analisar os processos de avaliação de fotografias digitais a partir de um estudo de caso. Para alcançar estes objetivos foi necessário um estudo bibliográfico sobre avaliação e seleção de documentos iconográficos, além de utilizar a legislação sobre arquivos, classificação e destinação de documentos das instituições públicas. O processo metodológico envolveu um estudo de caso, tendo como objeto de pesquisa o Arquivo Fotográfico do Departamento de Arquivo Geral da UFSM. Como resultados, apresentamos os parâmetros básicos para auxiliar na avaliação e seleção de fotografias digitais, consistindo em 3 fases: limpeza do registro; análise das funções e avaliação da informação dentro do conjunto. Por fim, ressaltamos a importância da consideração dos parâmetros como norteadores iniciais, buscando melhorar o processo de avaliação e seleção deste tipo documental nas instituições, especialmente nas de caráter público.

Palavras-chave: Avaliação arquivística; fotografias digitais; arquivo fotográfico; instituição pública.

Abstract

The present study starts from the issue of appraisal and selection of digital photographs produced by federal public institutions, using the Federal University of Santa Maria (UFSM) as an example. The motivation for the research comes from the understanding of the complexity of the appraisal and selection process, in view of the ease of digital photographic production in the face of technological advances. The general objective of the study is to indicate basic parameters used for the appraisal of digital photographic records, understanding this case as a universe of reflection on the broader problem of the appraisal of photographic documents. As specific objectives, the present work aims to briefly present some theoretical precepts on the appraisal of photographic documents; to describe selection techniques for digitizing analog photographs compared to digital ones and to analyze the processes of appraisal of digital photographs from a case study. In order to achieve these objectives, it was necessary to carry out a bibliographic study on the appraisal and selection of iconographic documents, in addition to using the legislation on archives, classification and destination of documents from public institutions. The methodological process involved a case study, having as research object the Photographic Archive of the General Archive Department of UFSM. As a result, we present the basic parameters to assist in the appraisal and selection of digital photographs, consisting of 3 phases: registry cleaning; analysis of functions and appraisal of information within the set. Finally, we emphasize the importance of considering parameters as initial guidelines, seeking to improve the

process of appraisal and selection of this type of document in institutions, especially in public institutions.

Keywords: Archival appraisal; digital photographs; photographic archive; public institution.

1 INTRODUÇÃO

O registro fotográfico tem se tornado cada vez mais presente no cotidiano. Quem tem acesso a um telefone celular, *smartphone* ou não, já usufrui da possibilidade de registrar momentos através de fotografias, facilidade que faz com que a quantidade de registros aumente a cada dia. Neste contexto, não é incomum receber notificações de que a capacidade de armazenamento dos aparelhos encontra-se próxima do limite. Esta mensagem leva os usuários a excluírem registros ou então a transferi-los para outras plataformas de armazenamento, as quais, em algum momento, também podem ter sua capacidade esgotada. Independentemente do repositório escolhido para armazenamento, as capacidades de guarda são sempre limitadas. Além disso, é preciso ainda considerar a dificuldade para localizar tais registros, muito comum quando tratamos de fotografias em meio digital.

Surge então a necessidade da seleção, a eleição de registros fotográficos que não são considerados relevantes e que devem ser eliminados a fim de ocupar o espaço digital. Em uma produção pessoal, esta seleção pode acontecer de acordo com a vontade individual, tendo por base decisões particulares, como a qualidade das fotografias registradas. Mas, o que fazer quando estes registros são produzidos por uma instituição pública? Que critérios devem ser empregados para a definição sobre a manutenção ou a eliminação de registros fotográficos que podem ser importantes do ponto de vista probatório e/ou informativo? Que atributos podem ser assimilados no processo de eliminação de registros considerados destituídos de valor nesta mesma construção?

O presente estudo busca prospectar alguns indícios que possam subsidiar as respostas a tais indagações. Na busca por elucidar o processo de avaliação das fotografias produzidas para uma instituição pública federal, especificamente a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o trabalho procura indicar parâmetros básicos empregados para a avaliação de registros fotográficos digitais, compreendendo tal caso como universo de reflexão sobre a problemática mais ampla da avaliação de documentos fotográficos. Como objetivos específicos, o presente trabalho visa apresentar brevemente alguns preceitos teóricos sobre a avaliação de documentos fotográficos; descrever técnicas de seleção para digitalização de fotografias analógicas em comparação com digitais e; analisar os processos de avaliação de fotografias digitais a partir de um estudo de caso.

O objeto de estudo a ser considerado são as fotografias da instituição pública produzidas com a finalidade de ilustrar ou registrar entrevistas, noticiários, reportagens e editoriais, apontadas no Código de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da UFSM na subsérie Comunicação Social, integrante da série Administração Geral - Organização e funcionamento (DAG, 2019, p. 6). Os tipos documentais deste código estão definidos como de guarda permanente, mas salientamos a diferença da fotografia em relação a outros documentos neste aspecto: enquanto um documento administrativo textual é concebido e já pode ter sua destinação como guarda permanente, sem necessidade de uma seleção prévia a esta destinação, as fotografias, visto seu processo de registro e facilidade de obter imagens com informações muito semelhantes, passam por uma seleção, muitas vezes, no próprio equipamento fotográfico, pelo produtor, ou então pelos responsáveis que solicitaram o serviço fotográfico, tendo em vista os objetivos do que fora retratado. Há, então, neste momento um hiato entre a produção e a destinação final, podendo acontecer uma seleção (com eliminação) de fotografias que não irão integrar o conjunto documental da instituição. É neste ponto que a utilização de parâmetros poderá guiar a seleção das imagens de maneira mais adequada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo parte da consideração do gênero iconográfico, especificamente as fotografias produzidas ou acumuladas por pessoa ou instituição, como documento de arquivo pertencente a um fundo arquivístico, desde que estas integrem as atividades da instituição como forma de registro, descartando-se, portanto, a acumulação através de coleções (BELLOTTO, 2006).

A função arquivística da avaliação de documentos terá abordagem mais exploratória neste trabalho. Assim, partimos de três principais discussões: o processo de análise; os valores atribuídos; e o estabelecimento de prazos. Por processo de análise pode-se considerar os passos apresentados por Bernardes (1998): construção de uma comissão de avaliação de documentos; *definição de normas*; estudo da estrutura administrativa e análise das competências, funções e atividades; levantamento da produção documental; análise do fluxo documental; *identificação dos valores e definição de prazo de guarda*. Todos estes passos exemplificam que a avaliação não é uma função individual e técnica, mas sim que demanda estudo e aporte teórico. Nota-se que indicar parâmetros para seleção, objetivo desse trabalho, pode integrar o passo “definição de normas” apresentado pela autora.

Em relação à discussão sobre valores atribuídos, no Brasil há dois dispositivos principais que definem esta questão. A Lei Federal nº 8159, de 8 de janeiro de 1991, considera que os documentos permanentes são “os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados” (BRASIL, 1991, art. 8). Já no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* tem-se o valor primário como aquele de interesse administrativo, legal e fiscal e de uso do produtor, e o valor secundário, aquele que possa interessar a outros usuários além do produtor, tendo usos diferentes daqueles pelos quais foi produzido (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Ainda no que se refere ao valor secundário, Schellenberg (2006) elenca três características sobre a informação dos documentos que terão guarda permanente: (a) sem repetições desnecessárias nos documentos; (b) qualidade da informação e capacidade de preservação do documento e (c) a importância do documento dentro do conjunto.

A terceira discussão é sobre o estabelecimento de prazos considerando o processo de avaliação e atribuição de valor aos documentos. Os prazos referem-se ao tempo de guarda e à destinação dos documentos, que pode ser a eliminação ou a guarda permanente. No Brasil os arquivos públicos — tópico deste trabalho — são regidos pela Lei Federal nº 8159, de 8 de janeiro de 1991, que estipula a finalidade da gestão de documentos sendo a eliminação ou recolhimento para guarda permanente, um processo que acontece nos documentos intermediários, ou seja, após o uso para suas finalidades primárias. A Lei estipula, ainda, que a eliminação de documentos deve ser realizada “mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.” (BRASIL, 1991, art. 9).

Considerando essas três discussões iniciais, é preciso ter em vista, ainda, o quanto a tarefa de selecionar é importante para pesquisas futuras no acervo. As fotografias avaliadas para guarda permanente irão informar aos pesquisadores um determinado olhar sobre o momento em que foram avaliadas. Ao apresentar a importância desta função, Trace é bastante elucidativa ao afirmar que a “[...] avaliação é a questão sobre que história pretérita/futura os arquivistas querem que os documentos apresentem.” (TRACE, 2016, p. 91). Portanto, não se limitar à análise arquivística nos remete a adicionar outros olhares ao ato de aferir valores, além de buscar por informações adicionais que possam corroborar com a decisão sobre a eliminação ou a guarda de um documento. Especificamente sobre fotografias, o processo de avaliação pode ser considerado como uma função “[...] capaz de lançar luz sobre as razões e os sentidos dos registros, das relações desses com seus congêneres, e do conjunto com o responsável pela sua existência: o titular do arquivo.” (LACERDA, 2012, p. 285).

Frente a isso e as facilidades que as tecnologias oferecem sobre a captura e armazenamento de fotografias, como apresentado na introdução deste trabalho, chegamos à necessidade de discutir formas de universalizar o processo, deixando-o livre de interpretações pessoais ou que possam intervir no processo decisório final – a eliminação ou guarda. Por isso, é “necessário estabelecer indicadores que nos permitam avaliar com precisão” (SERRA, 2005, p. 4, tradução nossa), em outras palavras, estipular parâmetros básicos para seleção de fotografias que, assim como outros documentos iconográficos, é o “melhor modo de solucionar os contínuos problemas de armazenamento e de alcançar [...] um alto índice de eficácia na recuperação dos documentos no futuro”, evitando que aconteçam eliminações ou guardas indevidas. (HERNÁNDEZ, 2001, p. 129, tradução nossa).

Por fim, considerando o debate, justificamos a intenção deste trabalho em apresentar parâmetros básicos — e não normas — para a avaliação de fotografias digitais. Entendemos que é relevante cada instituição desenvolver adequadamente o processo de avaliação de documentos, desde o planejamento até sua consecução, buscando registrar com detalhamento a atribuição de valores e conceitos que embasam a destinação final de seus documentos. Neste sentido, consideramos importante refletir — sobretudo a partir de experiências empíricas, ainda que limitadas — sobre o tema.

3 ESTUDO DE CASO: OS PARÂMETROS UTILIZADOS NO ARQUIVO

A análise necessária para alcançar o objetivo desta pesquisa aconteceu em duas fases: a compreensão sobre a seleção de fotografias analógicas para digitalização no Arquivo Fotográfico da UFSM e o entrecruzamento deste processo com a avaliação de fotografias digitais. A escolha do Arquivo Fotográfico da Universidade Federal de Santa Maria como ambiente de observação se deu em virtude do local ser responsável pelo desenvolvimento de projetos sobre o tratamento arquivístico em fotografias analógicas e digitais na UFSM.

3.1 A seleção de fotografias analógicas para digitalização

Desde a fundação da UFSM as fotografias oficiais da instituição foram produzidas pelo Setor Fotográfico, que originalmente abrigava servidores lotados sob o cargo de fotógrafo — hoje extinto na instituição. Os fotógrafos realizavam a cobertura das diversas atividades desenvolvidas na universidade e o setor recebia os negativos fotográficos flexíveis identificados por assunto, data e nome do fotógrafo. Em 1987, o acervo fotográfico passou pela primeira iniciativa para organizar o acervo com o objetivo de ordenar, identificar e

armazenar as fotografias. Em 1994 o mesmo acervo foi recolhido ao Departamento de Arquivo Geral (SANTOS *et al*, 2016), onde hoje é realizada a digitalização dos negativos fotográficos para acesso na plataforma *Fonte* [1], mantida pela instituição.

Até 2018, o equipamento disponível para digitalização de fotografias na UFSM levava em média 15 a 20 minutos para digitalizar um fotograma de acordo com a Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Arquivos, que dispõe sobre as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Com a aquisição de um novo equipamento, esta média passou para 2 a 5 minutos por fotograma. Com ambos equipamentos, mesmo com o tempo necessário reduzido, é necessário realizar a digitalização dos fotogramas que apresentavam a informação mais completa e precisa sobre o assunto e, por isso, surgiram, alguns parâmetros para que esta seleção ocorresse de forma mais ágil e completa: os registros deveriam ter boa qualidade de visualização; ter maior número de pessoas presentes envolvidas no assunto; apresentar os equipamentos utilizados; e tornar visível a informação mais completa sobre o assunto.

3.2 A avaliação de fotografias digitais para destinação final

Os parâmetros para seleção de fotografias analógicas apresentados na seção anterior serviram como base para o mesmo processo nas fotografias digitais. As fotografias analógicas registradas em negativos flexíveis desde a década de 1960, estão com destinação definida como guarda permanente. É possível afirmar, conhecendo o processo de registro em negativos fotográficos, que alguns fotogramas possam ter sido eliminados durante o processo de revelação, por exemplo, os negativos “queimados” (quando há uma grande captação de luz) ou imagens sobrepostas (normalmente por erro mecânico na transição do filme fotográfico). Na produção de fotografias digitais os imprevistos não são diferentes, podendo acontecer ainda mais variáveis. Por isso, as fotografias, mesmo tendo destinação final como guarda permanente, são passíveis de eliminação, visto que podem passar por uma curadoria do produtor - fotógrafo - e dos gestores envolvidos no setor e nas ações que geram a demanda de registros fotográficos, como já discutido neste trabalho.

Com isso, é constante a preocupação sobre a perda de possíveis informações importantes nas fotografias eliminadas ou ainda repetições e outros problemas na recuperação de informações nas fotografias avaliadas para guarda permanente. Considerando que a produção de fotografias digitais gera um número maior de unidades por registro (dadas as facilidades inerentes ao processo de captura), a avaliação pode acontecer, primeiramente, com

a eliminação de fotografias não relacionadas ao registro, por exemplo aquelas obtidas durante o procedimento de configuração e funcionamento da máquina fotográfica, e também as que apresentam qualidade na decodificação da informação (por estarem tremidas, desfocadas, muito escuras ou muito claras); depois desta primeira triagem, realiza-se a avaliação levando em consideração a informação dos registros, podendo-se então eliminar fotografias com informações repetidas (mesma pessoa ou objeto fotografado em ângulo diferente, sem informação adicional, por exemplo).

Para ilustrar os exemplos citados no parágrafo anterior, apresentamos a seguir seis fotografias (Figuras 1 a 6) produzidas no evento *Simpósio Patrimônio Cultural e Patrimônio Documental*, promovido pelo Departamento de Arquivo Geral da UFSM, no dia 06 (seis) de junho de 2019. Os documentos foram indexados sob o código UFSM.2019.017.DAG [2] e é importante informar que estas fotografias já passaram por uma seleção e estão sob guarda permanente no acervo. Portanto, não foram reproduzidas as fotografias avaliadas para eliminação, pois tal procedimento não seria condizente com a teoria sobre avaliação e destinação final de documentos. Dito isso, os mesmos parâmetros que foram utilizados para avaliar estes registros após a realização do seminário, que culminou na eliminação de algumas fotografias, serão utilizados para exemplificar o que se pretende neste trabalho. É importante deixar claro que não sugerimos uma reavaliação dos registros.

Figura 1. Comunicação do palestrante



Fonte: Arquivo Fotográfico UFSM, registro UFSM.2019.017.001.DAG.

Figura 2. Comunicação do palestrante



Fonte: Arquivo Fotográfico UFSM, registro UFSM.2019.017.003.DAG.

Figura 3. Apresentação artística na abertura do evento.



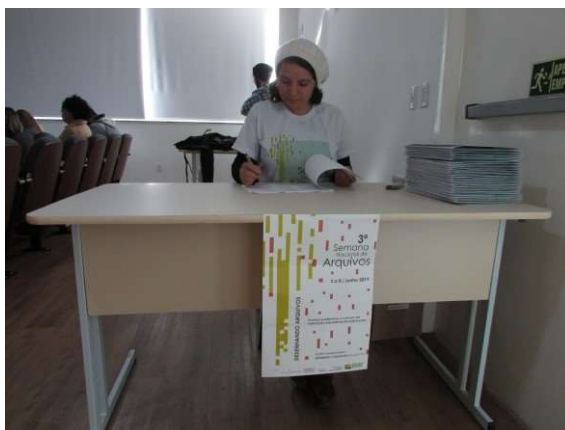
Fonte: Arquivo Fotográfico UFSM, registro UFSM.2019.017.044.DAG.

Figura 4. Integrantes da apresentação artística na abertura do evento.



Fonte: Arquivo Fotográfico UFSM, registro UFSM.2019.017.053.DAG.

Figura 5. Mesa do credenciamento



Fonte: Arquivo Fotográfico UFSM, registro UFSM.2019.017.016.DAG.

Figura 6. Cartaz da 3ª Semana Nacional de Arquivos



Fonte: Arquivo Fotográfico UFSM, registro UFSM.2019.017.063.DAG.

Com base nas informações do parágrafo anterior, apresenta-se abaixo o Quadro 1 sobre a possível destinação final e o parâmetro a ser considerado.

Quadro 1. Destinação final e parâmetro de avaliação

Figura	Destinação	Parâmetro a ser considerado
1	Guarda	Apresenta contexto (palestra, uso de equipamento de projeção)
2	Eliminação	Menos informações que a Fotografia 1, mas ainda o mesmo assunto – informação repetida.
3	Guarda	Representa melhor a apresentação artística (dança); Aparecem nitidamente e rostos dos participantes.
4	Eliminação	Apresenta pessoas sem nitidez e que já estão em outras fotografias no registro, não representa a apresentação artística (dança)
5	Guarda	Apresenta o trabalho da equipe organizadora no credenciamento e o cartaz do evento nacional.
6	Eliminação	Apresenta o cartaz do evento nacional, já visto na Fotografia 5 e sem informações adicionais.

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

4 RESULTADOS

Para apresentar os resultados do estudo, é possível fazer uma primeira análise sobre a característica da informação no valor secundário de não apresentar repetições desnecessárias nos documentos. Este ponto, defendido na seção 2 deste trabalho, está ilustrado nas Figuras 2 e 4, que apresentam informações redundantes, sem elementos adicionais para o registro. A Figura 6 apresenta apenas o cartaz do evento nacional, podendo ser eliminada, já que além de ser possível guardar no formato digital (como foi criado), é uma produção do Arquivo Nacional (promovedor do evento no nível nacional) e não apresenta informações do evento local. A Fotografia 5 também poderia ter a destinação de eliminação, já que há outras fotografias no registro que representam melhor a informação sobre o credenciamento no registro. Com a eliminação das fotografias 5 e 6 perde-se, no registro, a informação sobre o cartaz da 3ª Semana Nacional de Arquivos, por isso, a fotografia 5 retorna com justificativas para ter destinação de guarda permanente, pois apresenta o contexto (evento nacional/local) no registro.

Na análise das fotografias sobre a apresentação artística, há um total de 22 fotografias no registro sobre este momento do evento. Considerando que a apresentação artística não foi a finalidade principal do evento, mas ainda assim faz parte da programação, a guarda permanente dessas fotografias poderia ser em um menor número, buscando uma mostra sobre alguns momentos da apresentação. Essa afirmação também é defendida por Bellotto (2006) quando elimina de um fundo os documentos reunidos por razões artísticas. As 22 fotografias apresentam vários momentos da apresentação, apenas com posições corporais diferentes. Deixamos claro que não há uma desconsideração sobre a importância de registrar a coreografia e desenvolvimento de um espetáculo deste cunho. O detalhamento da apresentação poderia ser mais bem retratado com um vídeo, mas esta finalidade seria de interesse principal do grupo responsável pela apresentação, e não do setor organizador do evento, podendo ficar no registro em questão poucas fotografias e não 22 no total de 68 (um terço do total de fotografias). Outro artifício que poderia ser usado para não desconsiderar a importância deste dentro do contexto do evento, é utilizar o relatório final para descrever uma sinopse do espetáculo.

Com as análises realizadas até o momento, é possível, então, elencar os parâmetros básicos para a avaliação de fotografias produzidas por uma instituição. No primeiro momento segue-se os parâmetros básicos relacionados à técnica fotográfica, eliminando-se as fotografias que não apresentam a informação bem definida, tremidas, sem foco, provenientes

de testes de configuração e funcionamento da máquina fotográfica. No segundo momento deve ser realizada uma análise sobre as funções do órgão produtor e a capacidade das fotografias em representá-las, ou seja, guardar um número menor sobre atividades-meio ou atividades não competentes ao órgão, e um número maior sobre as atividades-fim do órgão em relação ao assunto da cobertura fotográfica. No terceiro momento, uma avaliação da informação em cada fotografia considerando a presença delas no conjunto do registro. Sendo assim, chega-se ao resultado final: três fases para avaliar fotografias digitais no âmbito das instituições federais, dispostas no Quadro 2.

Quadro 2. Parâmetros básicos para avaliação de fotografias digitais

Fase	Parâmetro	Finalidade
1	Limpeza do registro	Eliminar tremidas, desfocadas, escuras ou claras sem visibilidade, testes.
2	Análise das funções	Definir a finalidade do registro de acordo com as funções dos órgão produtor.
3	Avaliação da informação dentro do conjunto	Avaliar a informação de acordo com o conjunto de fotografias do registro, para não haver informação repetida.

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

5 CONCLUSÃO

Discutir avaliação de fotografias na Arquivologia provoca muitos questionamentos. Durante a elaboração deste estudo procurou-se responder o possível com embasamento teórico a fim de facilitar o processo de avaliação e seleção de fotografias digitais. A preocupação com a produção e avaliação de fotografias digitais precisa ser constante em todos os setores da administração pública. Serão as fotografias, junto com outras espécies documentais, que contarão uma parcela do que e como aconteceram as atividades na instituição. Sendo assim, aplicar parâmetros que auxiliem na avaliação das fotografias é buscar uma representação mais próxima da realidade, ainda que passível de interpretações pessoais e futuras.

Os parâmetros básicos para auxiliar na seleção de fotografias digitais apresentados nesse estudo não podem ser considerados como normas e sempre devem ser revistos em sua conformidade com regimentos e resoluções internas de cada instituição (ou seus correspondentes superiores). A definição e aplicação destes parâmetros também não pode acontecer de maneira exata, mas pode servir como base norteadora ao processo de avaliação, tendo como foco a representatividade dos fatos no futuro.

Por fim, a apresentação deste estudo pretende servir como motivador para novas

discussões, visto que ainda é principiante a discussão sobre o assunto, buscando melhorar o processo de avaliação e seleção deste tipo documental nas instituições, especialmente nas de caráter público, procurando não a fazer a partir de um olhar pessoal, mas sim um olhar com vistas às técnicas e teorias arquivísticas.

Notas

[1] A base de dados Fonte possui 31183 representantes digitais (número verificado no dia 05 de fevereiro de 2022) disponíveis para acesso com descrição arquivística. Disponível em: <https://fonte.ufsm.br/index.php/>.

[2] As fotografias deste registro avaliadas como guarda permanente estão disponíveis em: <https://bit.ly/UFSM-2019-017-DAG>. Acesso em 05 fev. 2022.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. FGV Editora, 2006.

BRASIL. **Lei nº 8159, de 8 de janeiro de 1991**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 21 fev. 2022.

CONARQ. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio da administração pública**. 2001. Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

DAG. **Código de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da UFSM**. 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/400/2019/09/plano-de-classificacao-ufsm.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

HERNÁNDEZ, Á. L. La selección de documentos audiovisuales. **Documentación de las Ciencias de la Información**, n. 24, 2001, p. 127-149. Disponível em: <https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/69465/20420-20460-1-PB.PDF>. Acesso em: 21 fev. 2022.

LACERDA, A. L. de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, n. 1, p. 283-302, 2012. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a9c2/7342e41bf63cfa66864dfb27c2ba4fbdc71.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2022.

SANTOS, C. S.; PAULO, M. M.; ESPÍNDOLA, D. G. Arquivos Fotográficos, difusão e

acessibilidade. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7. **Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn)**, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 545-558, out. 2016. Disponível em:
http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0545-0558.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

SERRA, L. E. C. La gestión archivística de los fondos y colecciones fotográficas. **Jornadas Los archivos y el documento fotográfico: retos y fundamentos**. Las Palmas, 2005. Disponível em:
https://www.girona.cat/sgdap/docs/La_gestion_archivistica_de_los_fondos_y_colecciones_fotograficas.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2006.